

CIDADANIA

ARTIGO

A Exclusão do Nordeste das Políticas de Garantia de Preços Mínimos

RENATO AUGUSTO PONTES CUNHA*

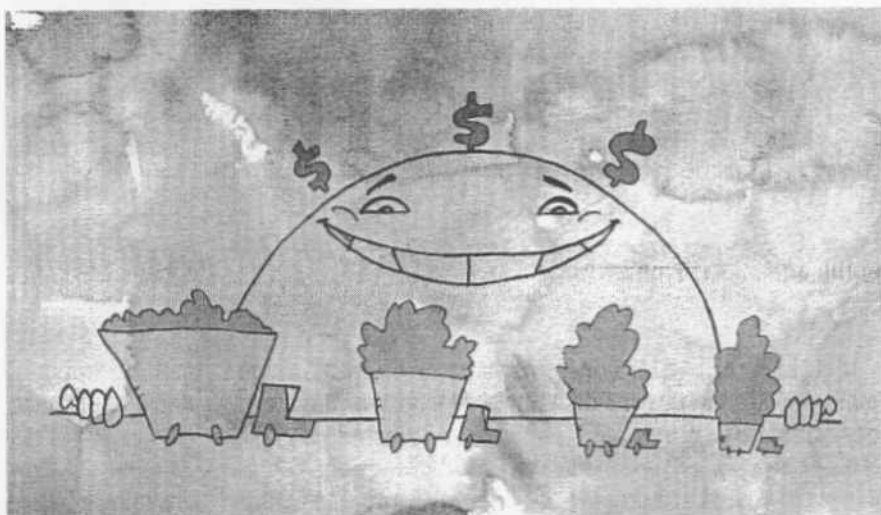
Está em andamento no governo federal, principalmente no âmbito da CONAB, um injusto e perverso arcabouço de políticas públicas, direcionadas sobretudo a grandes multinacionais que em nosso País, usufruem sem cerimônia alguma, de PEPROS, PEP e outros mecanismos de equalização, ou sejam; subvenções e subsídios que perpetuam a produção agrícola no centro-oeste com essas dotações a fundo perdido. Funcionam assim, para diminuir os custos de produção e de frete, quando por exemplo, o milho, a soja, etc. são transferidos para outras regiões, o que ocorre, rotineiramente, com o milho que empresas do centro-oeste mandam para o Norte e Nordeste.

Atualmente, à luz de um orçamento em discussão no Congresso no valor de R\$ 5,2 bilhões para 2011, no mínimo R\$ 1 bilhão será destinado aos pep`s-fretes (prêmio para o escoamento de safras), contemplando as gigantes: BUNGE, CARGILL, LOUIS DREYFUS, MULTIGRAIN, NIDERA SEMENTES, AMAGGI, ADM DO BRASIL, e menos de 10% para pequenos produtores, cerealistas, granjas e cooperativas.

E a agricultura do Nordeste? A cana-de-açúcar destinada ao popular açúcar e a energia do etanol? O milho, o feijão, e outros cereais com produção nativa no nordeste, devem mudar de ramo? Devem desempregar, esfacar seus clusters de fornecedores, etc?

Qual o vetor da política agrícola nacional? O que ela, de fato, pretende? É privilegiar as cadeias produtivas em diversas regiões do País ou incentivar a importação e o abastecimento vindos do Centro-Oeste, hoje, dominado pelas grandes corporações agrícolas?

Esse debate precisa ser reintroduzido no Congresso e nos Ministérios, de forma construtiva, mas com vistas à real busca



do equilíbrio social. Estamos dispostos a cooperar para que essas distorções sejam sanadas e que esse fosso inter-Regional seja eliminado.

Em matéria recente de 7 do corrente, em jornal nacional especializado em negócios, está evidenciado, o que a CONAB informa que "BUNGE, CARGILL, LOUIS DREYFUS COMMODITIES, MULTIGRAIN, AMAGGI, ADM E NOBLE, abocanharam quase 69% do total de 7,5 milhões de toneladas até julho de 2010."

São concentrações clássicas de subsídios nas mãos, ou melhor, no caixa de poucos e grandes. Não somos contra subsídios, afinal no mundo todo estão presentes na agricultura, mas têm que observar rígidos critérios, como por exemplo:

- Devem ser por épocas certas, sem serem automáticos.
- Os custos x benefícios precisam ser avaliados com regular frequência.
- Devem obedecer aos limites máximos da cláusula de minimis da OMC.
- Devem se liberados às regiões onde ocorrerão a produção e consumo.
- Devem ter caráter estruturante combinado com caráter operacional.
- Devem estar atrelados a uma base tecnológica que estude a cultura-alvo, em

termos de inovação com vistas a aumentos de produtividade.

A questão precisa ser desmistificada, com o Norte-Nordeste passando a integrar uma Política Agrícola que se preocupe, em não só investir em culturas consolidadas. É preciso um Plano Agrícola e de Agroenergia Nacionais que abram o espectro e interiorizem a produção na mais variada amplitude da espacialidade brasileira, envolvendo agricultura familiar e as médias e grandes escalas em agricultura.

Confiamos na articulação que o Ministério da Agricultura venha a efetuar, mobilizando Ministério da Fazenda, CONAB, EMBRAPA, universidades da rede RIDESA e Sindicatos de Produtores. São essas e outras questões que farão o Desenvolvimento Regional ter Escala, Equidade e Sustentabilidade.

*Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Pernambuco - Sindaçúcar

▶ NOTA

Todos os artigos para esta página devem ter, no máximo, 60 linhas e serem enviados ao e-mail: cartas@folhape.com.br